

A PERSPECTIVA CULTURAL DA LINGUAGEM NA CONSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

THE CULTURAL PERSPECTIVE OF LANGUAGE IN THE CONSTITUTION OF SOCIAL REPRESENTATIONS¹

Anielle Aparecida Fernandes de Morais
Mestre em Letras
Instituto de Ensino Superior de Rio Verde
(aniellemorais@gmail.com)

RESUMO: Este artigo empreende uma reflexão teórica que toma a linguagem por uma perspectiva cultural, social e discursiva para verificar como ela produz simbolizações, representações e identificações. Para esta discussão, valeu-se, notadamente, do aporte teórico de Laraia (1993); Bakhtin (1997; 2016); Orlandi (1994; 2001); Castoriadis (1982), dentre outros. A linguagem como sistema de simbolização emerge nesta pesquisa como uma questão de cultura, uma vez que a reflexão aqui produzida se filia ao conceito proposto pela antropologia (LARAIA, 1993). Este campo do saber compreende cultura como tudo que o homem produz em sociedade, na relação consigo e com o próprio homem. Assim sendo, todas as ações humanas e sociais perpassam o propósito de simbolizar, portanto, de comunicar - sentimentos, ideias ideologias, etc. -, o que não se faz fora da linguagem, mas dentro de redes existentes de poder características da própria atividade linguística.

Palavras-chave: Linguagem. Cultura. Discurso. Representação.

ABSTRACT: This article aims a theoretical reflection having the language from a cultural, social and discursive perspective to check up how it produces symbolizations, representations and identifications. The discussion was based on the theories of Laraia (1993); Bakhtin (1997; 2016); Orlandi (1994; 2001); Castoriadis (1982) among others. Language as a system of symbolization emerges in this research as a matter of culture, since the reflection produced here is based on the concept proposed by anthropology (LARAIA, 1993). This field of knowledge comprises culture as everything who human being produces in society, in relationship with himself and others. Thus, all social and human actions permeate the purpose of symbolizing, as a consequence – feelings, ideas, ideologies, etc. - which it is not done out of language. On the opposite, it's part of the linguistic activity itself.

Keywords: Language. Culture. Speech. Representation.

Introdução

Neste trabalho, organizamos uma breve abordagem teórica referente aos fundamentos e pressupostos sobre linguagem, cultura, discurso e representação. Diante destes conceitos, recorreremos a teorizações para pensar a linguagem sob uma perspectiva cultural que implica questões essencialmente discursivas e representacionais. Considera-se, para isso, que todo fazer linguístico se faz com o

¹ Artigo originário do trabalho de Dissertação de Mestrado da autora, o qual contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

propósito de transmitir símbolos relacionados às mais diversas formas de comunicação social: individual e coletiva.

Propomos, então, uma descentralização do conceito de cultura, que deve ser pensado de acordo com a concepção antropológica, pela articulação de práticas sociais no âmbito das relações de poder (LARAIA, 1993). Nesse caminho, o ato de representar é visto como uma questão cultural e de materialização discursiva dos imaginários que circulam socialmente, anteriores à própria produção de linguagem, conforme teoriza Castoriadis (1982).

Neste sentido, a prática linguística, e discursiva por natureza, ancora representações por meio de signos – visuais, verbais e sonoros – que dialogam com a cultura, evidenciando sentidos e significados sociais que impactam diretamente na forma como enxergamos e representamos o mundo. Para a defesa dessa perspectiva, trabalha-se com a noção de discurso cunhada por Orlandi (1994; 2001), para quem os discursos manifestam efeitos de sentido e construções ideológicas.

O papel da linguagem nas representações sociais

Pensar as atividades linguísticas é refletir sobre a própria natureza das relações humanas, o que faz com que as fronteiras de um conceito como o de linguagem se estendam sobre redes de compreensão tão variadas quanto são as possibilidades de sua manifestação. Em virtude da condição de um objeto abrangente em suas dimensões, qualquer trabalho que se proponha a pensar a questão linguística precisa considerá-la, antes de tudo, como cultural em sua constituição.

Embora a linguagem já tenha sido amplamente estudada, principalmente no que se refere aos estudos sobre as manifestações das línguas, este objeto de estudo ainda carece de questionamentos que verifiquem as relações mais profundas entre linguagem e cultura.

Para este estudo em perspectiva, trazemos para a discussão a conceituação dos antropólogos, para quem o que interessa em análises sobre a cultura é o modo como ela opera: para nós, através da linguagem. Para a antropologia, o que distingue o animal homem dos outros animais é justamente o fato de o primeiro produzir cultura (LARAIA, 1993). E esta produção cultural sempre se articulou, desde as primeiras manifestações culturais, através da linguagem, ferramenta que significa a realidade a

partir de discursos que recaem em representações e identificações diversas (CASTORIADIS, 1982).

Para a pesquisa do tema proposto, busca-se em Laraia (1993) a teorização necessária para entender o entrecruzamento entre linguagem e cultura. Na visão do autor: “Os estudos sobre cultura devem focar o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais” (LARAIA, 1993, p. 70).

Dessa operação decorre o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura, o que acaba por gerar nele uma propensão a considerar seu modo de vida como o mais correto - tendência denominada etnocentrismo e responsável por muitos conflitos sociais (LARAIA, 1993). Assim, o ponto de referência deixa de ser a humanidade e passa a ser os grupos em luta por autonomização social. As explicações para esses fatos se alojam no próprio sistema cultural, uma vez que a coerência de um hábito cultural se dá pela lógica do sistema que o gera. Por mais que o indivíduo não reconheça plenamente seu sistema cultural, defende Laraia, ele precisa de um conhecimento mínimo para operar dentro dele.

Toda essa lógica descrita nos chega pelo artefato cultural de textos, seus processos de produção de sentido, circulação e consumo social, que dão sentido a visualizações de mundo e a apreciações valorativas sobre ele. As representações sociais das coisas, por sua vez, dizem respeito a sistemas simbólicos de produção de sentido trazidos pela forma como a linguagem opera socialmente, ou seja, pelos discursos que se materializam em textos (WOODWARD, 2004).

Compreendida como um processo mediador de sentidos identitários, a representação deve ser pensada em termos discursivos, tendo em vista que o discurso, resultante da operação da linguagem, é condição de representação, constitutivo de posições e lugares sociohistóricos pelos quais os sujeitos falam e significam o mundo em práticas sociais.

A partir desta perspectiva, adentra-se à concepção de discurso cunhada por Orlandi (1994), para quem os discursos não apenas refletem o mundo, mas o significam e se significam nele. De acordo com a autora, o discurso é efeito de sentido, isto é, linguagem em interação, e é no âmbito do discurso que se dá a articulação de relações de poder, o confronto social e a materialização das representações e das identificações sociais.

As primeiras inscrições que deram origem ao código escrito linguístico da forma como conhecemos hoje ofereceram aos seres humanos a oportunidade de dominar códigos comuns para que eles exteriorizassem seus pensamentos, ideias e sentimentos. A linguagem, como primeira manifestação cultural produzida pelo homem, teve, desde os seus primórdios, a função de oportunizar a comunicação, ainda que de maneira rudimentar (LARAIA, 1993).

A comunicação é, primordialmente, uma atividade integradora, dependente da linguagem - em sua forma escrita, oral, visual -, a qual reflete aspectos sociais, históricos e culturais. A língua, de acordo com Bakhtin (2016, p.16), “passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”. Nessa perspectiva, o uso da linguagem e o ato comunicativo estão imbricados e envolvem manifestações enunciativas discursivas, poder e produção ideológica.

Sob a constatação de que a linguagem é condição irrevogável para a produção de cultura, uma vez que tudo que nos chega do mundo, nos chega através de linguagens, então, as representações coletivas ou individuais são conduzidas pelo contexto de sua produção e pela atividade linguístico-discursiva da cultura que lhes dá escopo (CASTORIADIS, 1982).

A fim de compreender como se relacionam linguagem e representação, é preciso entender que o mundo social se articula por sistemas imaginários e projetos simbólicos socialmente situados e linguisticamente articulados. Isso significa dizer que as representações podem autonomizar, organizar, desorganizar, hierarquizar ou classificar objetos.

Imaginários sociais: antecedentes da linguagem

A produção linguística se conduz dentro de redes existentes de poder, sendo capaz de reforçar relações de dominação ou oferecer recursos de resistência. E a cultura opera socialmente por meio de toda atividade de produção humana, conforme defende a antropologia.

Trabalhando com esta perspectiva, reconhecemos que a linguagem, como objeto dessa cultura, responde a uma série de problemas de ordem econômica, social e histórica, dentre elas, a representação da realidade. O trabalho com a produção representacional exige que indaguemos sobre o “local”, por assim dizer, de onde

partem essas representações, o que nos leva a resgatar a noção de imaginário social para dar conta de uma parte dessa questão.

O imaginário social, na teorização de Castoriadis (1982), é anterior à própria representação, à descrição e até ao simbólico. Assim, a problemática representacional é um problema cultural e linguístico que emerge em outro nível de significações imaginárias sociais. Castoriadis (1982, p. 13) descreve o imaginário como uma criação “incessante e indeterminada de figuras/formas/imagens a partir das quais somente é possível falar de ‘alguma coisa’”. O teórico rejeita a noção de imaginário como espelho ou imagem de algo.

Ainda que se trate de um “deslocamento de sentido”, uma vez que o imaginário necessita do simbólico para investir de significação as coisas, ele não pode ser enxergado como algo virtual e nem ser dissociado do real. Em outras palavras, o imaginário deve ser pensado como algo que precede a descrição, a representação e a produção de linguagem e que necessita do simbólico para se investir de significado.

Desse modo, o estudo dos “imaginários sociais”, idealizado por Castoriadis, permite entender: 1) de onde partem as representações que fazemos das coisas; 2) por que determinadas representações fazem parte de alguns sistemas simbólicos e não de outros; 3) como esses determinados sistemas se autonomizam no contexto sociocultural do qual emergem. Interessa-nos, na teoria proposta por esse autor, a correlação entre representação e imaginário social para entender como a linguagem se posiciona mediante os dois conceitos.

Neste cenário, as representações são instituídas via significações imaginárias, que por meio do dizer e do agir socialmente têm o poder de comunicar, de informar. Essa visão permite, enfim, avaliar como a sociedade institui a realidade e é instituída por ela, o que também possibilita verificar a autonomização e desautonomização de identidades sociais.

Castoriadis (1982) assevera que a instituição social é uma rede simbólica sancionada dentro de um fazer social que combina componentes funcionais a elementos imaginários. Em outras palavras, trata-se de dizer que as identidades sociais são produtos de uma fusão de fatores imaginários e simbólicos operados por meio de elementos funcionais, tais como o discurso das mídias, o discurso da técnica, o discurso científico, etc.

Disso decorre uma autonomização e uma dominância da dimensão imaginária, resultando no que ele denomina como alienação. Não podemos dizer, no entanto, que as instituições são simplesmente rede simbólica, já que o simbólico remete a algo que não o simbolismo e aparece associado a uma estrutura significante.

De acordo com Castoriadis (1982, p. 173), a partir do imaginário:

[...] chegaremos a significações que são como as articulações últimas que a sociedade em questão impôs ao mundo, a si mesma e a suas necessidades, os esquemas organizadores que são condição de representabilidade de tudo o que essa sociedade pode dar-se.

Trabalhando na dimensão representacional das significações imaginárias, o autor assinala que ela se desenvolve sob duas premissas: pelo discurso, responsável por estabelecer aquilo que é pertinente, o valor das coisas; e pela linguagem, na qual os signos adquirem valor combinatório e operam sistemas de valor dizendo quem somos em relação a nós e aos outros. Para Castoriadis, a própria existência dos signos já é significativa de sentido, tendo em vista que, para que exista, o signo deve ser falado, escolhido, interpretado (CASTORIADIS, 1982, p. 167). A escolha de um determinado sistema de signos pressupõe a não utilização de outro e, com isso, os sentidos são também peculiares.

Algumas vezes, o problema da representação não reside no que é significado, mas no que deixa de significar, pois as significações não são unívocas, fazem parte de cadeias infinitas que dão origem a cada vez mais significações. Por exemplo, a significação da identidade brasileira pressupõe dizer tudo o que o brasileiro é – alegre, criativo, religioso, natureza corruptiva, dentre outras características -; no entanto, essa identificação não se esgota até que se mencione tudo o que ele não é – sisudo, inflexível, jamaicano, alemão, japonês, etc. Ou seja, para identificar algo, é preciso descrever como este algo parece e também como ele não parece.

Embora sejam flutuantes, por assim dizer, certas representações podem organizar, desorganizar e hierarquizar objetos e é isso o que geralmente acontece nas sociedades contemporâneas. Castoriadis (1982, p. 170) defende que as significações imaginárias não “denotam nada e conotam quase tudo” e, por isso, são freqüentemente confundidas com seus símbolos.

O simbólico toma como pressuposto uma funcionalidade e uma orientação específica, dadas pelas escolhas que fazemos em um momento histórico e com um

propósito significativo. A fonte disso, ou seja, o suporte destas articulações, é o que pode ser descrito como o imaginário social de uma época (CASTORIADIS, 1982, p. 172).

Nessas condições, indagamos: de onde partem as representações? Por que elas carregam exatamente determinados sentidos? E como esses sentidos são reconhecidos pelo senso comum?

Os problemas representacionais se dão, em um primeiro momento, na articulação dos imaginários sociais, nas significações imaginárias que fornecem ao mundo respostas sobre os objetos que instituem, sobre suas necessidades e desejos, ou seja, sobre o seu fazer social. Uma visualização empírica desta condição pode ser descrita pela criação representacional executada pelos textos midiáticos, por exemplo, mediante processos coletivos que respondem às questões: “quem somos nós?”; “o que desejamos ser ou ter?”; “o que nos falta?”.

A partir de tais condições, então, cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo, em uma tentativa de encontrar lugares para objetos, crenças e ideias importantes para a vida social e para o estabelecimento da “ordem no mundo” (CASTORIADIS, 1982, p. 179). A atribuição de um nome a algo ou a alguém remete a uma série de possibilidades significativas uma vez que o signo é polissêmico. Cada significação se insere na fronteira de outra, como em uma cadeia remissiva de significados. Vem, daí, a constatação de Castoriadis sobre o papel fundamental da linguagem no plano das manifestações simbólicas.

Sem descrever ou analisar a linguagem, como o fariam gramáticos ou analistas de discurso, Castoriadis (1982) se concentra, tal como o mesmo pondera, em uma metafísica do uso identitário da linguagem. Para ele, nem todo sentido está nela ou nos signos que a constituem. Entretanto, é fato que as significações da língua, embora não sejam determinadas, são determináveis e remetem sempre a um significado que outro elemento não pode significar, estabelecendo, nesse processo, relações que dão origem a outros sentidos identitários. Isso quer dizer, na perspectiva do autor, que não há sentido próprio na linguagem, mas uma dimensão identitária do sentido via processos lingüísticos.

Os signos e as representações

Orlandi (1994), retomando as considerações do filósofo francês Michel Pêcheux, assinala que as condições de produção dos discursos são formações imaginárias, nas quais são levadas em consideração: a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), a relação de sentido (e aí se incluem a intertextualidade e a interdiscursividade) e o que ela chama de antecipação (isto é, o modo como o locutor desenvolve as representações do interlocutor e vice-versa).

Para o entendimento de como o discurso funciona, isto é, para investigar as marcas formais da ideologia na linguagem, Orlandi (2001) opera o conceito de funcionamento discursivo, caracterizado por: “Uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 2001, p. 125). Assim, um discurso não só representa os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. Tal relação é marcada “no” e “pelo” que se está chamando de funcionamento discursivo, o que recai na ideia de que as operações discursivas são processos de movimentos culturais e sociais que arregimentam relações de poder.

De todo modo, a linguagem é condição do funcionamento do discurso; e os sistemas de signos, no jogo das formações discursivas, refletem práticas sociais, mediadoras das ideologias que determinam o que pode ou não pode ser dito a partir de uma posição e de uma conjuntura dada.

A produção sónica, então, se dá por meio de um funcionamento discursivo que aloca verbal, visual e sonoramente as formações ideológicas presentes em nossa sociedade. O discurso não apenas reflete as estruturas e relações sociais, mas as significa e se significa nelas. A escolha de uma palavra, um ângulo para a imagem ou uma determinada matriz sonora são atos que carregam condições e implicações de ordem sociocultural. É em função disso que os signos ora se coadunam na produção de sentido, ora se contradizem. Há uma tensão que prevê o relacionamento entre eles, relação esta que resulta na produção final de sentidos sociais coerentes ou não.

Orlandi (1994) assevera que toda atividade de dizer é tipificante e que, ao dizer algo para alguém, o locutor estabelece uma configuração para o seu discurso. Para a autora, os tipos discursivos são cristalizações de funcionamentos discursivos distintos, que ganham legitimidade, institucionalizam-se socialmente e passam a

figurar como modelo (ORLANDI, 1994, p. 153). Entretanto, a autora destaca que todo tipo de discurso é histórico e dinâmico, e disso resulta que ele apresenta marca de outros discursos, ou seja, é entremeado por interdiscursos.

O ato de representar é indissociável do conceito de discurso, uma vez que toda produção de sentido se dá no discurso. Bakhtin (1997) postula que nenhum signo é neutro; eles são manifestações ideológicas arregimentadas discursivamente. Sobre a questão, Steinberger (2005) assinala que o ideológico não é propriamente discurso, mas o primeiro, para a autora, é responsável por investir de discurso a palavra, a imagem e o som.

Ao discorrer sobre a cultura da mídia, multimodal por natureza, Kellner (2001) pontua que os modelos de representação veiculados pelos meios de comunicação, imagens, sons, espetáculos dominam o tempo de lazer e fornecem material capaz de modelar opiniões, comportamentos e identidades sociais. Para o teórico “trata-se de uma cultura da imagem, que explora a visão e a audição” (KELLNER, 2001, p. 9).

As representações sociais são materializadas discursivamente pelos signos visual, sonoro e verbal que, correlacionados, formam um todo coerente e significativo. Assim, a intrincada relação entre imagem, som e palavra resulta na materialidade da complexa trama das representações, condicionadas por sistemas culturais mais complexos de demarcações de diferença. Os sistemas de signos agem como sistemas simbólicos convencionados a produzir (ou deixar de produzir) uma determinada significação social.

A linguagem opera por intermédio de relações de poder, dentro e fora dele, sendo possível a manipulação e também a resistência de outras formas de poder. Essa ideia remonta ao que Bakhtin (1997) chamou de “refração da realidade”. Para ele, o signo (informativo) não apenas reflete a realidade, mas também a refrata, e sua produção parte dos interesses sociais de comunidades distintas, sendo cada signo um reduto das significações desses interesses. Isso significa que o poder exercido pela linguagem possui fissuras, graças à polissemia de sentidos que se aplica como premissa de sua produção.

Como afirma Warnier (2003), a cultura fornece repertórios de ação e de representação à nossa escolha, preenchendo a função de bússola orientadora e sendo capaz de acionar referências, esquemas de ação e de comunicação. Compreender linguagem multimodal como produtora e produto da cultura nos permite

entender como surgem repertórios de comportamentos, estilos, concepções, representações e identificações sociais, uma vez que os sistemas culturais estão sempre em processos de mudança (LARAIA, 1993).

Considerações finais

Neste artigo, buscamos desenvolver uma teorização acerca da linguagem como objeto cultural, constitutivo e constituído pela cultura, relacionando-a com a produção discursiva de representações e de identificações sociais. Utilizou-se, para tanto, pressupostos teórico metodológicos do campo da antropologia. O estudo preocupou-se em problematizar, ainda, a partir de teorizações sobre o discurso, o papel dos signos verbal, visual e sonoro na materialização de textos, discursos e conseqüentemente na forma de representar a realidade.

Para refletir sobre a natureza das representações sociais, buscamos respaldo na teorização sobre os imaginários sociais, anteriores à produção de linguagem e fundamentais para compreender de onde nascem as representações e identificações da vida em sociedade. São representações operadas pelo discurso e naturalmente pela linguagem, os quais ditam a pertinência/impertinência e o valor social das coisas/pessoas. Neste sentido, os signos linguísticos adquirem valor combinatório e operam sistemas valorativos dizendo quem somos em relação a nós e aos outros, chegando à produção de identidade sociais.

A compreensão da linguagem dentro das redes de produção cultural e discursiva invoca uma análise sobre a própria natureza das relações humanas e do fazer humano. É, portanto, uma análise que trata de compreender a cultura, em primeiro plano. Dessa forma, o estudo buscou refletir sobre a maneira como a linguagem integra a vida através da produção enunciados e discursos, os quais operam imaginários sociais antecedentes ao próprio ato de representar e que recaem em representações do que se é ou deve ser; do que não se é ou o que não se deve ser.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Os gêneros do discurso.** Org. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Trad. Guy Reynaud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais:** identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LARAIA, R. de B. **Cultura:** um conceito antropológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas de discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817>>. Acesso em 24/04/2009.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia:** jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC/Fapesp/Cortez, 2005.

WARNIER, J. P. **A mundialização da cultura.** 2. ed. Bauru: EDUSC, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

Recebido em 03 de junho de 2017
Aprovado em 30 de novembro de 2017